

**PLANO DE BENEFÍCIOS  
ABEPOMPREV**

**RELATÓRIO ANUAL 2017**

# Índice

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL .....	04
RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	06
DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL.....	06
RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO PLANO.....	07
PARECER ATUARIAL DO PLANO .....	08
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	11
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	12
PARECER DO CONSELHO FISCAL MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	14
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO .....	15
DESPESAS CONSOLIDADA DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	16
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....	17

# Mensagem da Diretoria Executiva do Mongeral Aegon Fundo de Pensão

A Diretoria do MONGERAL AEGON Fundo de Pensão – MAFP – apresenta a seus Participantes, Patrocinadores e Instituidores, o Relatório Anual de suas atividades no exercício de 2017. O Relatório Anual 2017, em sua forma completa está disponível para consulta no portal corporativo, no link Fundo de Pensão, na área restrita ao Participante.

Este material foi elaborado conforme Resolução CGPC Nº 23/2006, e nele você poderá conferir informações sobre a situação patrimonial da Entidade e do seu Plano de Benefícios, sobre a Política de Investimentos, rentabilidade, despesas administrativas, carteiras de investimentos e a situação atuarial do seu Plano, acompanhados de Notas Explicativas e Pareceres, determinados por disposições legais e estatutárias, possibilitando um melhor acompanhamento do seu Plano de Previdência Complementar.

Em 2017, foi aprovada pela PREVIC a alteração Regulamentar do plano de benefícios ABE-POMPREV em atendimento a **RESOLUÇÃO CNPC Nº 23 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015**.

Ao longo do exercício, nossas iniciativas avançaram nas mais variadas frentes. Adotamos uma série de medidas para assegurar a saúde financeira dos planos, avançamos no processo de certificação de dirigentes e na consolidação das melhores práticas de governança. Em relação aos planos de benefícios, alcançamos bons resultados na gestão dos investimentos.

Foram realizadas diversas ações de Educação Financeira e Previdenciária com resultados muito positivos. A intenção para 2018 é expandir ainda mais essas ações, com o objetivo de disseminar cada vez mais a cultura de Planejamento Financeiro. Mais uma vez, o Mongeral Aegon Fundo de Pensão mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão de forma clara e transparente.

**Boa Leitura!**

**Diretoria Executiva**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS - PLANO ABEPOM PREVIDÊNCIA**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>A) Ativo líquido - início do exercício</b>	6.373	4.113	54,95
<b>1. Adições</b>	4.234	4.006	5,69
Contribuições	3.399	3.167	7,33
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	835	839	(0,48)
<b>2. Destinações</b>	(2.039)	(1.746)	16,78
Benefícios	(1.991)	(1.702)	16,98
Custeio administrativo	(48)	(44)	9,09
<b>3. Acréscimo no ativo líquido(1+2)</b>	2.195	2.260	(2,88)
Provisões matemáticas	2.195	2.260	(2,88)
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	8.568	6.373	34,44
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	5	2	150,00
<b>Fundos administrativos</b>	5	2	150,00

**DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS - PLANO ABEPOM PREVIDÊNCIA**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	8.714	6.486	34,35
Disponível	115	193	(40,41)
Recebível	20	14	42,86
Investimento	8.579	6.279	36,63
Fundos de investimentos	8.579	6.279	36,63
<b>2. Obrigações</b>	127	99	28,28
Operacional	127	99	28,28
<b>3. Fundos não previdenciais</b>	19	14	35,71
Fundos administrativos	19	14	35,71
<b>5. Ativo líquido (1-2-3)</b>	8.568	6.373	34,44
Provisões matemáticas	8.568	6.373	34,44

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS - PLANO ABEPOM PREVIDÊNCIA**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+4)</b>	8.695	6.472	34,35
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	8.568	6.373	34,44
1.1 Benefícios concedidos	175	225	(22,22)
Contribuição definida	175	225	(22,22)
1.2 Benefícios a conceder	8.393	6.148	36,52
Contribuição Definida	8.393	6.148	36,52
Saldo de Contas - Parcela Participantes	8.393	6.148	36,52
<b>4. Exigível Operacional</b>	127	99	28,28
4.1 Gestão Previdencial	127	99	28,28

**RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABEPOMPREV**

Fechamos o exercício com mais de R\$ 8,5 Milhões em reserva com rentabilidade 11,98% acumulada no ano de 2017.

**PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABEPOMPREV NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO - PGA**

PLANO ABEPOMPREV	2017	2016
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (Início)</b>	<b>14.165,00</b>	<b>11.718,25</b>
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	59.718,06	62.670,12
RECEITAS DE CUSTEIO	58.214,88	50.175,24
GESTÃO PREVIDENCIAL	47.775,45	43.615,23
INVESTIMENTOS	10.439,43	6.560,01
DIRETAS (SEGUROS)	9,13	10.624,51
FLUXO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	1.494,05	1.870,37
<b>DESPESAS</b>	<b>54.677,59</b>	<b>60.223,37</b>
GESTÃO DE BENEFÍCIOS	31.683,81	33.114,44
AUDITORIA CONTÁBIL	4.169,31	4.093,99
ANÁLISE/ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	4.035,38	4.409,38
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	694,56	186,33
TRIBUTOS	3.223,42	3.400,96
TARIFAS BANCÁRIAS	8.731,75	6.570,38
DESPESAS GERAIS	1.665,82	7.606,37
GESTÃO DE ATIVOS DE INVESTIMENTOS	473,55	614,57
CONSULTORIA CONTÁBIL	-	226,95
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (final)</b>	<b>19.205,47</b>	<b>14.165,00</b>

## Resumo do Demonstrativo de Investimentos Plano de Benefícios ABEPOMPREV

CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL VALOR EM R\$	ABEPOMPREV
<b>Total Demonstrativo de Investimentos:</b>	<b>8.694.539,04</b>
<b>Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):</b>	<b>8.694.539,04</b>
<b>Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total</b>	<b>114.912,56</b>
DEPÓSITO	114.912,56
<b>Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total</b>	<b>8.579.626,47</b>
<b>18.683.208/0001-18</b> MONGERAL AEGON MULTIPREV INSTITUCIONAL FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	7.899.394,94
<b>18.963.189/0001-83</b> MONGERAL AEGON MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR FUNDO DE INVESTIMENTO	325.948,22
<b>27.803.348/0001-73</b> MONGERAL AEGON MACRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	165.885,36
<b>14.115.118/0001-70</b> MONGERAL AEGON IMAB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	188.397,94

**PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABEPOMPREV****ABEPOMPREV - Plano de Benefícios Previdenciários dos Militares Estaduais – CNPB: 2011.0024-19****1. Objetivo**

Este parecer tem como objetivo atender à Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006, que em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do plano de benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução PREVIC nº 12, de 13/12/2014, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A Avaliação Atuarial com data-base em 31/12/2017 teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios Previdenciários dos Militares Estaduais - ABEPOMPREV, administrado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, bem como avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, os resultados do Programa Administrativo da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na citada avaliação e que terão vigência a partir de 01/01/2018.

**2. Base Cadastral**

As informações referentes aos participantes ativos, participantes assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, foram fornecidas pela Entidade e enviadas em arquivo eletrônico pela administradora do sistema de cadastro, em 30/01/2018, com data-base em 31/12/2017, em formato "xls".

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2017. Foram também utilizadas para esta avaliação as informações contábeis fornecidas pela MONGERAL em 31/01/2018.

Em análise às informações encaminhadas, verificou-se uma redução de 149 indivíduos no número de participantes ativos em relação ao ano anterior, correspondendo a um decréscimo de 9,07% na base de ativos. Quanto aos participantes assistidos e pensionistas, não houve alteração na frequência de indivíduos, uma vez que não ocorreram novas concessões de benefícios durante o exercício de 2017.

**3. Hipóteses atuariais**

O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, em seu item 1, determina que as hipóteses atuariais, sejam estas biométricas, demográficas, econômicas ou financeiras, devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, para vigência a partir de 01/01/2018, considerando-se a manifestação da Entidade quanto ao Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais – ETAH 04/2017, desenvolvido pelo atuário do Plano de Benefícios ABEPOMPREV, são:

- a) Taxa real de juros: 4,38% ao ano;**
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F.**
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 - F.**



Por se tratar de um plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes e beneficiários, mas sim para o cálculo das rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

#### **4. Resultados atuariais**

O Plano de Benefícios ABEPOMPREV, administrado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, apresentou, em 31/12/2017, resultado de equilíbrio técnico. Apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 8.567.905,30, sendo R\$ 175.115,93 referentes à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 8.392.789,38 referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Por se tratar de plano de benefícios estruturados na modalidade Contribuição Definidos (CD), tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano de Benefícios ABEPOMPREV para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando-se assim tal equilíbrio técnico.

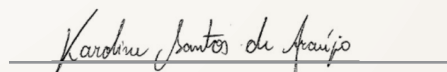
Desta forma, atesta-se atuarialmente que as informações constantes deste parecer foram devidamente avaliadas e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela MONGERAL referentes à data base 31/12/2017.

A rentabilidade auferida pelos recursos do plano em 2017, considerando-se as cotas vigentes em 31/12/2016 e 31/12/2017, foi de 11,98%. No mesmo período, o índice de referência, variação do INPC<sup>1</sup> acumulado com a taxa real de juros fixada na avaliação de 4,38% ao ano, acumulou 6,41%.

Por fim, quanto ao Plano de Gestão Administrativa, verificou-se sua sustentabilidade em 2017, uma vez que as receitas administrativas superaram as despesas administrativas. Em consequência, observou-se no exercício de 2017 um aumento de 35,58% do Fundo Administrativo em relação ao ano de 2016, já que em 31/12/2016 correspondia a R\$ 14.165,00 e apresentava em 31/12/2017 um montante de R\$ 19.205,47.

Considerando-se todo o exposto no presente parecer, é o caso de concluir que o Plano de Benefícios ABEPOMPREV encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela Avaliação Atuarial de 2017.

Florianópolis, 6 de março de 2018.



Karoline dos Santos Araújo  
Atuária MIBA nº 2.774

<sup>1</sup> INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerado para cada mês de comparação com a rentabilidade à variação do INPC correspondente ao mês imediatamente anterior.

**MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016		2017	2016
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Disponível	444	706	Exigível operacional	352	462
			Gestão previdencial	341	454
<b>Realizável</b>	78.670	65.961	Gestão administrativa	11	8
Gestão previdencial	385	600			
Gestão administrativa	2	3	<b>Patrimônio social</b>	78.762	66.205
			Patrimônio de cobertura do plano	74.748	62.423
<b>Investimentos (Nota 4)</b>	78.283	65.358	Provisões matemáticas (Nota 5)	73.726	62.110
Títulos públicos	8.677	8.347	Benefícios concedidos	15.598	15.272
Fundos de investimentos	69.606	57.011	Benefícios a conceder	58.210	47.224
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(82)	(386)
			<b>Equilíbrio técnico</b>	1.022	314
			Resultados realizados	1.022	314
			Superávit/Déficit técnico acumulado	1.022	314
			<b>Fundos (Nota 6)</b>	4.014	3.782
			Fundos previdenciais	3.820	3.631
			Fundos administrativos	194	151
<b>Total do ativo</b>	79.114	66.667	<b>Total do passivo</b>	79.114	66.667

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	66.205	47.724	38,72
			(6,13)
<b>1. Adições</b>	19.988	21.294	(6,13)
Contribuições previdenciais	11.239	11.574	(2,89)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	8.131	9.113	(10,78)
Receitas administrativas	602	590	2,03
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	16	17	(5,88)
<b>2. Destinações</b>	(7.431)	(6.559)	13,29
+Benefícios	(6.856)	(6.001)	14,25
Despesas administrativas	(575)	(558)	3,05
<b>3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	12.557	14.735	(14,78)
Provisões matemáticas	11.616	13.349	(12,98)
Superávit técnico do exercício	708	17	4.064,71
Fundos previdenciais	189	1.319	(85,67)
Fundos administrativos	43	50	(14,00)
<b>4. Operações transitórias</b>	-	3.746	(100,00)
Operações transitórias	-	3.746	(100,00)
<b>B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)</b>	78.762	66.205	18,97

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras  
Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

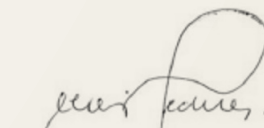
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.

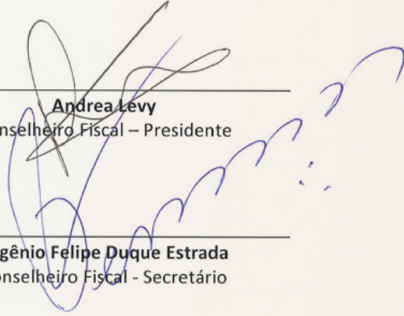
  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Claudia Eliza Medeiros de Miranda  
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas Atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2017, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de març o de 2018.



---

**Andrea Levy**  
Conselheiro Fiscal – Presidente

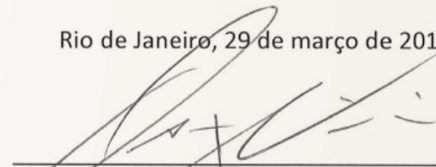
---

**Eug nio Felipe Duque Estrada**  
Conselheiro Fiscal - Secretário

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**


Os membros do Conselho Deliberativo do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, e acatando o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício de 2017, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.



---

**Osmar Navarini**  
Conselheiro (Presidente)



---

**Robson Pacheco da Silva**  
Conselheiro (Secretário)

**MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**
**DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	151	101	49,50
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	618	608	1,64
1.1. Receitas	618	608	1,64
Custeio administrativo da gestão previdencial	500	492	1,63
Custeio administrativo dos investimentos	102	70	45,71
Receitas diretas	-	29	(100,00)
Resultado positivo dos investimentos	16	17	(5,88)
<b>2. Despesas administrativas</b>	(575)	(558)	3,05
2.1. Administração previdencial	(473)	(488)	(3,07)
Treinamentos, congressos e seminários	(7)	(2)	250,00
Serviços de terceiros	(420)	(388)	8,25
Despesas gerais	(17)	(70)	(75,71)
Tributos	(29)	(28)	3,57
2.2. Administração dos investimentos	(102)	(70)	45,71
Serviços de terceiros	(97)	(67)	44,78
Tributos	(5)	(3)	66,67
<b>6. Sobra da gestão administrativa (1+2)</b>	43	50	(14,00)
<b>7. Constituição do fundo administrativo (6)</b>	43	50	(14,00)
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)</b>	194	151	28,48



**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017****MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO****1. PREMISSAS BÁSICAS:**

Este documento estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderão ser investidos no intervalo de 2017 a 2021.

Esta Política de Investimentos foi elaborada pela Diretoria Executiva com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos num horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno, que submete a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade. Fica sob-responsabilidade do Conselho Fiscal o efetivo controle da gestão da Entidade.

Conforme estabelecido pelo Capítulo V, Artigo 16, § 3º da Resolução CMN nº 3.792, a Política de Investimentos deve minimamente mencionar os seguintes itens:

- I.** A alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação;
- II.** Os limites por modalidade de investimento, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução;
- III.** A utilização de instrumentos derivativos;
- IV.** A taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios;
- V.** A meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
- VI.** A metodologia ou as fontes de referência adotadas para apuração dos ativos financeiros;
- VII.** A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico; e
- VIII.** A observância ou não de princípios de responsabilidade social

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

Na implementação desta política, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO atualmente compreende seis planos de benefícios, além do Plano de Gestão Administrativa (PGA). São eles:

- I.** Plano de Benefício Mongeral
- II.** Plano de Benefício Nº 03
- III.** Plano de Benefícios ContabilPrev
- IV.** Plano de Benefícios AbepomPrev
- V.** Plano de Benefícios TecPrevi
- VI.** Plano de Benefícios PreviTran

Todos os planos administrados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO são da modalidade de Contribuição Definida, com exceção do Plano 03, cuja modalidade é Contribuição Variável. Nesta estrutura, a diferenciação das estratégias de gestão de recursos respeita as características da modalidade e da fase em que estão compreendidos cada um dos Planos de Benefícios. O Plano de Benefício Mongeral, o Plano de Benefício Nº 03, o Plano de Benefícios AbepomPrev e o Plano de Benefícios PreviTran estão distribuídos em duas fases: a Fase de Acumula-

ção de Recursos e a Fase de Concessão de Benefícios. Já os planos ContabilPrev e TecPrevi compreendem apenas a Fase de Acumulação de Recursos.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um Preço Indicativo de Mercado<sup>2</sup>.

A Carteira de investimentos utilizada pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela Mongeral Aegon Investimentos – MAI e a custódia de seus ativos no Banco Bradesco, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para realizarem esses serviços. Sendo assim, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO será responsável pela consolidação das informações para envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

## **2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental e compromisso com suas partes relacionadas.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade, e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

## **3. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**

Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

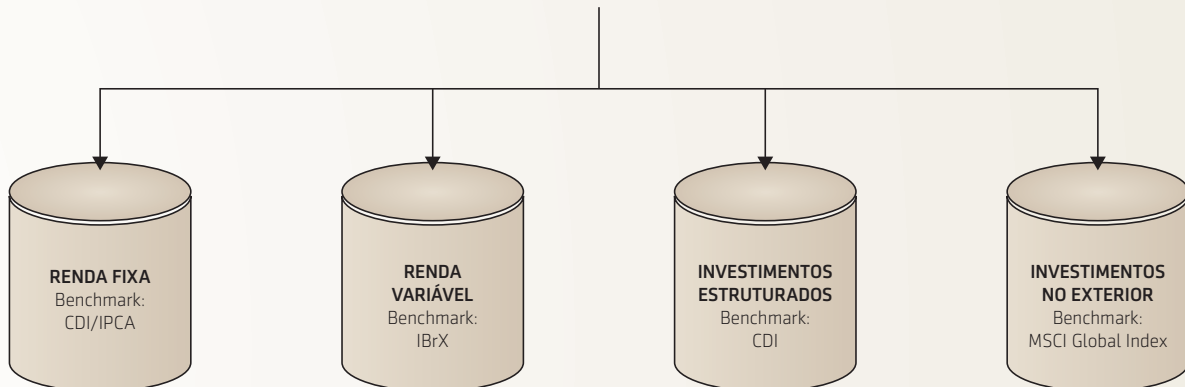
Pelo critério de segregação do objetivo de investimento em cada um dos Planos (Fase de Acumulação versus Fase de Concessão de Benefícios), estes recursos deverão ser divididos da seguinte forma:

### **3.1. FASE DE ACUMULAÇÃO**

A alocação estratégica dos recursos durante a Fase de Acumulação está dividida em quatro classes de ativos: Renda Fixa (com benchmark em CDI e IPCA), Renda Variável (com benchmark em IBrX), Investimentos Estruturados (com benchmark em CDI) e Investimentos no Exterior (com benchmark em MSCI Global Index), podendo realizar operações com derivativos.

<sup>2</sup> Metodologia de precificação da BNY Mellon Serviços Financeiros

## FASE DE ACUMULAÇÃO



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e tolerância a risco o MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO acredita que estratégias baseadas em “timing” de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

Na sequência, fazemos uma descrição dos veículos de investimento utilizados para o cumprimento deste mandato, segmentados por seus respectivos benchmarks:

### 3.1.1. RENDA FIXA:

#### Benchmark – Juros - CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

#### Benchmark – Inflação - IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

### 3.1.2. RENDA VARIÁVEL:

#### Benchmark – IBrX

- Cotas de Fundos de Investimento em Ações, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Cotas de Fundos de Índice (Exchange Trade Fund – ETF), respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

### 3.1.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS:

#### Benchmark – CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Multimercados, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

**3.1.4. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR:**

**Benchmark – MSCI Global Index**

- Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras de fundos constituídos no Brasil, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

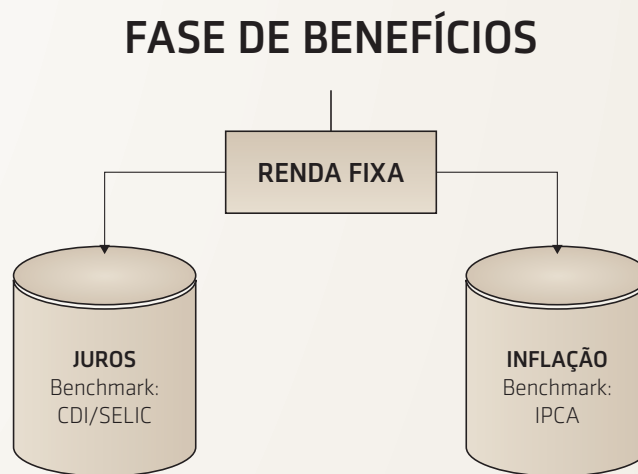
**3.2. Fase de Concessão de Benefícios**

À medida que cada participante atinge os pré-requisitos necessários para a aposentadoria e solicita o recebimento de seu benefício, a reserva técnica acumulada por este, durante a fase de atividade, é transferida para os investimentos destinados à fase de benefícios.

Conjugando as simulações do passivo atuarial com a constante análise dos ativos de longo prazo disponíveis no mercado financeiro, busca-se a implementação de estratégias de Asset Liability Management (ALM) para os recursos destinados à cobertura dos benefícios concedidos, com o objetivo de garantir a solvência financeira e econômica de cada um dos planos de benefícios ao longo do tempo.

Os recursos que compõem o portfólio da Fase de Concessão de Benefícios são alocados integralmente em ativos de Renda Fixa com benchmark em IPCA, CDI ou Selic.

A distribuição dos recursos é feita conforme o fluxograma abaixo:



**3.2.1. RENDA FIXA:**

**Benchmark – Juros - CDI**

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

**Benchmark – Inflação - IPCA**

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

#### 4. DIRETRIZES DE GESTÃO DO PORTFÓLIO GLOBAL

Consideramos a definição da alocação estratégica de recursos de suma importância e diversos estudos mostram que mais de 90% da variabilidade dos retornos de carteiras de investimento no longo prazo é proveniente desta decisão de alocação.

Os recursos dos Planos deverão ser divididos entre as classes de ativos, definidas pela Fase em que o participante se encontra, respeitando o limite de alocação em cada um dos veículos de investimento, conforme definido a seguir:

##### 4.1. Limites de Alocação - Fase de Acumulação

- a) No segmento de **Renda Fixa** o limite para alocação será de **50% a 85%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 85% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
  - De 0% a 60% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
  - De 0% a 50% em Títulos Privados, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
  - De 0% a 20% em Títulos Privados, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
  - De 0% a 85% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
  - De 0% a 60% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
- b) No segmento de **Renda Variável** o limite para alocação será de **5% a 30%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Investimento em Ações atreladas a índices de ações (IBrX).
  - De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Índice atreladas a índices de ações (IBrX).
- c) No segmento **Investimentos Estruturados** o limite para alocação será de **0% a 10%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 10% em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado atrelada a taxa de juros (CDI).
- d) No segmento **Investimentos no Exterior** o limite para alocação será de **0% a 10%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 10% em ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, com variação atrelada a índice de ações (MSCI Global Index).

##### 4.2. Limites de Alocação – Fase de Benefício

- a) No segmento de **Renda Fixa** o limite para alocação será de **100%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 30% em Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
  - De 0% a 100% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
  - De 0% a 50% em Títulos Privados, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
  - De 0% a 100% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixas com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).

#### 5. ANÁLISE DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS E CONTROLE DE RISCO

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera que utilizar uma instituição especializada para realizar a gestão de recursos de terceiros seja a melhor maneira de chegar a uma relação ótima entre risco e retorno para os investimentos dos recursos de seus planos de benefícios.

Fica a cargo do gestor a escolha dos ativos que irão compor a carteira dos planos de benefícios, sempre levando



em consideração os limites e parâmetros impostos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 (assim como possíveis alterações posteriores) e na presente Política de Investimentos.

Além da escolha dos ativos, o gestor é o responsável pela avaliação dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a construção do portfólio e controle de risco. Estas análises, em conjunto com a implementação das estratégias de investimento, buscam viabilizar o gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

O quadro a seguir contém as projeções macroeconômicas utilizadas na construção do portfólio de investimentos:

Projeções Indicadores Macroeconômicos				
Ano	Bolsa	CDI	IPCA	IGP-M
2017	12,56%	10,35%	4,90%	5,07%
2018	11,94%	9,74%	4,50%	4,82%
2019	11,55%	9,37%	4,50%	4,50%
2020	11,05%	8,87%	4,50%	4,50%
2021	11,05%	8,87%	4,50%	4,50%

Fontes: Banco Central e Mongeral Aegon Investimentos

Focus: 16/12/2016

## 6. GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A exposição ao risco será gerenciada através de uma estrutura especializada e da utilização de ferramentas de monitoramento específicas, para gerir e acompanhar inicialmente os seguintes riscos:

### 6.1. Risco de Mercado Risco de Mercado

Risco de perdas em decorrência de oscilações de variáveis econômicas e financeiras, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities.

Como ferramentas utilizadas para minimizar os riscos da alocação dos recursos, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, podemos citar:

**6.1.1. VaR:** utilizado para gerenciar os riscos financeiros em situações de normalidade de mercado, medindo a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos num determinado horizonte de tempo.

O quadro a seguir exhibe as principais premissas e parâmetros utilizados no cálculo do VaR, assim como o limite considerado adequado para a carteira

Premissas	Parâmetros
Modelo	Paramétrico
Distribuição	Normal
Intervalo de Confiança	97,50%
Volatilidade	EWMA
Lambda Padrão	94%
Amostra	252
Composição de Retornos	Contínuo
<b>Limite</b>	<b>0,50%</b>

**6.1.2. Stress Test:** complementam as estimativas de exposição ao risco de mercado, considerando cenários

adversos ou crises históricas de grande impacto no mercado financeiro.

## 6.2. Risco de Contraparte

Risco da contraparte não cumprir com a obrigação contratada através de uma operação de crédito, tais como CDB, Letra Financeira, Debênture, Nota Promissória, FIDC, ou qualquer outro tipo de operação crédito.

Serão selecionados para compor a carteira de crédito apenas ativos classificados como “Grau de Investimento”, por pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Abaixo a tabela com os ratings atualmente classificados como “investment grade” por cada uma das agências. Caso a referência do patamar mínimo de “investment grade” seja modificado, passará a valer, automaticamente, como classificação mínima o novo patamar definido pela respectiva agência.

Fitch	Moody's	S&P
AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
AA+(bra)	Aa1.br	brAA+
AA(bra)	Aa2.br	brAA
AA-(bra)	Aa3.br	brAA-
A+(bra)	A1.br	brA+
A(bra)	A2.br	brA
A-(bra)	A3.br	brA-
BBB+(bra)	Baa1.br	brBBB+
BBB(bra)	Baa2.br	brBBB
(BBB)-(bra)	Baa3.br	brBBB-

## 6.3. Risco de Liquidez

Relaciona-se com o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

Para mitigar esse risco a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO mantém suas aplicações em investimentos com bastante liquidez para minimizar a possibilidade de descasamento da carteira de investimentos em relação aos passivos, levando-se em consideração a duração média, indexadores e fluxos de pagamento.

## 6.4. Risco Legal

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

O acompanhamento da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC é realizado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO constantemente e visa mensurar e quantificar a conformidade legal de todas as carteiras de investimento. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ é responsável pelo monitoramento da aderência dos ativos integrantes das carteiras de investimento em relação à legislação aplicável

## 6.5. Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

Os processos operacionais são monitorados e avaliados constantemente objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos.

#### **6.6. Risco Sistêmico**

O risco de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Visando mitigar ao máximo o risco sistêmico a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO procura obter a melhor diversificação entre os vários setores da atividade econômica, de modo a ter uma exposição de risco bem diversificada entre os setores, para que possa mitigar os impactos de eventuais crises em algum segmento.



**7. QUADROS RESUMO**
**7.3.1. Fase de Acumulação**

Alocação de Recursos (Seguimentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
<b>RENDA FIXA</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>72%</b>	<b>10,56%</b>	<b>CDI / IPCA</b>
<b>Juros</b>	<b>20%</b>	<b>85%</b>	<b>37%</b>	<b>10,35%</b>	<b>CDI</b>
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
<b>Inflação</b>	<b>10%</b>	<b>60%</b>	<b>35%</b>	<b>10,77%</b>	<b>IPCA</b>
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>5%</b>	<b>30%</b>	<b>20%</b>	<b>12,56%</b>	<b>IBrX</b>
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	30%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>	<b>12,42%</b>	<b>CDI</b>
Cotas de Fundos de Investimento em Multimercado	0%	10%			
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>3%</b>	<b>15,00%</b>	<b>MSCI Global Index</b>
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
<b>IMÓVEIS</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>			<b>11,18%</b>		

**7.3.2. Fase de Benefício**

Alocação de Recursos (Seguimentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Benchmark	Meta Atuarial
<b>RENDA FIXA</b>				
<b>Juros</b>	<b>0%</b>	<b>30%</b>	<b>CDI</b>	
Títulos Públicos Federais	0%	30%		
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	30%		
<b>Inflação</b>	<b>70%</b>	<b>100%</b>	<b>IPCA</b>	<b>IPCA +3,0%</b>
Títulos Públicos Federais	0%	100%		
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%		

**MONGERAL  AEGON**

FUNDO DE PENSÃO